



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2019.
Inexigibilidade N.º 017/2019

Data da abertura
04/07/2019

Horário de Protocolo até:
09:30 hs

Horário de abertura:
09:30 hs

O Município de Imbaú, através da Secretaria de Administração, de acordo com a Lei Federal n.º 11.947/2009 E Resolução/FNDE/CD nº. 26/2013 do Ministério da Educação realiza CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

1. OBJETO

O objeto da presente é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural para alimentação escolar, conforme descrição e quantidades constantes no **ANEXO I** desta chamada:

2. DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO 38/2009– FNDE.

Art. 22. Os fornecedores serão Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, organizados em grupos formais e/ou informais.

§ 1º Os Grupos Informais deverão ser cadastrados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora, responsável técnica pela elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar conforme, **Anexo II**.

I – a Entidade Articuladora deverá estar cadastrada no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural – SIBRATER ou ser Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ou entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para emissão da DAP;

II – as funções da Entidade Articuladora serão de assessorar a articulação do Grupo Informal com o ente público contratante na relação de compra e venda, como também, comunicar ao controle social local a existência do grupo, sendo esse representado prioritariamente pelo CAE, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, quando houver;

III – a Entidade Articuladora não poderá receber remuneração, proceder à venda nem assinar como proponente. Não terá responsabilidade jurídica nem responsabilidade pela prestação de contas do Grupo Informal;

§ 2º No processo de habilitação, os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar às Entidades Executoras os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II – cópia da DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

III – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (**ANEXO II**) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os agricultores Familiares participantes;

IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 3º Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar às Entidades Executoras os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;

III – cópias das certidões negativas junto ao FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União, Receita Estadual, Receita Municipal e Trabalhista;

IV - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

V - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (**ANEXO II**);

VI – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Art. 24. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/ano.

3. FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será feito em até 10 dias úteis após a entrega dos bens objeto da presente licitação e suas notas fiscais/faturas, na Secretaria de Finanças da Prefeitura municipal de Imbaú;

3.2. As propostas em desacordo com a forma de pagamento aqui prevista, serão consideradas desclassificadas.

4. VALOR MÁXIMO.

4.1. O valor máximo será conforme citado no **ANEXO I**;

4.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores ao indicado em cada item.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para custeio com as despesas oriundas da presente licitação, serão utilizados recursos das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	5220	09.005.12.306.0017.2069	000	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2019	5230	09.005.12.306.0017.2069	113	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2019	5240	09.005.12.306.0017.2069	115	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2019	5250	09.005.12.306.0017.2069	124	3.3.90.32.05.00	Do Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2019	5260	09.005.12.306.0017.2069	125	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2019	5270	09.005.12.306.0017.2069	135	3.3.90.32.05.00	Do Exercício

6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. O prazo de entrega será programado conforme cronograma a ser expedido pela Secretaria Municipal de Educação, nas quantidades indicadas, pelo período da assinatura do Contrato ou até o término da quantidade adquirida;

6.2. O local de entrega dos produtos será na sede da Secretaria Municipal de Educação, nesta cidade.

7.2. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS

A proponente deverá protocolar na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbaú - PR, localizada à Francisco Siqueira Korts, 471, impreterivelmente até às 09:30 horas do dia 04/07/2019 em dois envelopes, que deverão ser protocolado fechados e colados, contendo em sua parte externa, frontal os seguintes dizeres:

A) ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU

ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTAÇÃO.

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

B) ENVELOPE N.º 02 – PROJETO DE VENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU

ENVELOPE N. 02 – PROJETO DE VENDA

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

7.1. A ABERTURA DOS ENVELOPES SE DARÁ NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

8. PROPOSTA DE PROJETO DE VENDA

8.1- Para facilitar o preenchimentos das propostas e de uma correta atualização cadastral dos proponentes, a Comissão de licitação disponibilizara um arquivo proposta no formato (.esl) que deverá ser totalmente preenchido pelo proponente, gravado em um CD ou Pen Drive e entregue a comissão de licitação juntamente com o envelope n° 2.

8.2- O arquivo proposta (.esl) deverá ser aberto em programa de nome esProposta 1132V.zip, que poderá ser baixado no site [http:// www.imbau.pr.gov.br](http://www.imbau.pr.gov.br) , porem já enviado junto ao edital no momento da baixa do edital no site. (manual de instrução também incluso).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

9. ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

9.1. No dia, na hora e no local fixado neste Edital, a Comissão de Licitação receberá, **diretamente**, do representante da proponente, antes da abertura dos envelopes.

10.2. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Não será habilitado o proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou em desacordo com este edital;

10.2. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação;

10.3. Não havendo expressa informação quanto ao prazo de validade do documento, será considerado válido o documento que possuir prazo igual ou inferior a 30 dias da data da expedição;

10.4. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos;

10.5. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda às exigências estabelecidas no edital.

11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Serão considerados os projetos classificados aqueles que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

11.2. A Comissão classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores e seguindo o Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.3. Cada grupo de fornecedores deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

11.4. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos, na forma do §6º do Art. 29 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.5. A Comissão Julgadora classificará os projetos de venda habilitados para seleção e, na forma do caput do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013, serão divididos em:

- I - grupo de projetos de fornecedores locais;
- II - grupo de projetos do território rural;
- III - grupo de projetos do estado; e
- IV - grupo de propostas do País.

11.6. De acordo com o Art. 25, §1º da Resolução FNDE nº 26/2013, entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I – o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

II – o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III – o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

11.7. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).

11.8. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos nos, itens 11.6 e 11.7, de acordo com o §3º do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.9. Para efeitos do disposto neste item, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s), na forma do §4º do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.10. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no inciso I do subitem 10.7, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s), de acordo com o §5º do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.11. No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no inciso III do subitem 11.7, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica, em atendimento ao disposto no §6º do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.12. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio, ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas, conforme estabelecido no §7º do Art. 25 da Resolução FNDE nº 26/2013.

11.13. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ao) o(s) escolhido(s) conforme os critérios



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

estabelecidos pelos subitens 11.1 a 11.12 do presente instrumento.

12.0. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

12.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

12.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas constantes no **ANEXO III** (Termo de Referência), elaborada pela Secretaria Municipal de Educação;

12.3. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta Chamada Pública, pelo período da data de assinatura do Contrato ou até o término da quantidade adquirida, de acordo com o item 6.1;

12.4. O fornecedor se compromete, ainda, a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas nas quantidades indicadas, de acordo com o cronograma a ser expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

12.5. Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

13. PRAZOS

13.1. De acordo com o §1º do Art. 26 da Resolução FNDE nº 26/2013, o edital da presente Chamada Pública deverá permanecer aberto para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação do aviso.

13.2. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Chamada Pública, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário. Os prazos a que se refere este artigo só iniciam e vencem em dia de expediente no Município.;

13.3. Caso as datas previstas para a realização de eventos da presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, a licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fazem parte deste Edital de Chamada Pública:

Anexo I – Especificações, Quantitativos e Valores de Referência de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

Anexo II – Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar – FNDE.

Anexo III – Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

14.2. Outras informações e esclarecimentos formais, relativos ao contido no edital, poderão ser solicitados por escrito, junto à comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Imbaú, até 48:00 (setenta e duas) horas antes da data de entrega dos envelopes, e as respostas serão enviadas por escrito, igualmente, a todas as proponentes em até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos envelopes;

14.3. Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento dado ou fornecidos verbalmente por servidor(s) do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes;

14.4. Informações relativas ao Edital e anexos serão obtidas junto à Comissão de Licitação, na pessoa de seu presidente, Sr. Sandro Dias Baptista, na Av. *Francisco Siqueira Korts*, 471, ou pelo telefone 0 (xx) 42 3278-8125.

Prefeitura Municipal de Imbaú, 12/06/2019.

Sandro Dias Baptista
Presidente da Comissão de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO I – QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

1. OBJETO

O objeto da presente é a aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, conforme segue:

Lote: 1 - Gêneros Alimentícios						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	3424	Abobrinha	900,00	KG	2,01	1.809,00
2	8650	Acelga	400,00	UN	2,50	1.000,00
3	4709	Alface	1.600,00	UN	1,96	3.136,00
4	6353	Alho	200,00	KG	12,33	2.466,00
5	4720	Banana kilo	8.000,00	KG	2,15	17.200,00
6	1509	Batata inglesa	1.500,00	KG	4,70	7.050,00
7	4704	Beterraba	500,00	KG	2,90	1.450,00
8	3742	Brócolis	1.100,00	UN	3,30	3.630,00
9	948	Cebola nacional cebola nacional kg	700,00	KG	3,00	2.100,00
10	4705	Cenoura	800,00	KG	2,60	2.080,00
11	8486	Chuchu	800,00	KG	3,50	2.800,00
12	8649	Couve flor	800,00	UN	3,10	2.480,00
13	1519	Couve manteiga com 400 grs	600,00	MÇ	2,40	1.440,00
14	6346	Feijão pacote 1 kg	2.000,00	PCT	5,65	11.300,00
15	515	Maçã	2.500,00	KG	5,10	12.750,00
16	1507	Maçã Caixa com 18 kg cada	2.500,00	KG	5,10	12.750,00
17	3425	Maços de cebolinha Maços de cebolinha de 200 grs.	600,00	MÇ	1,45	870,00
18	23	Mamão	500,00	KG	3,84	1.920,00
19	4707	Mandioca	1.600,00	KG	2,90	4.640,00
20	7411	Mandioquinha salsa	300,00	KG	6,80	2.040,00
21	945	Ovos Caixas com 12 ovos	350,00	DZ	4,80	1.680,00
22	10197	Pepino Fresco de cor uniforme, firme, integro, sem manchas, batidas e esfolões	600,00	KG	2,30	1.380,00
23	8651	Poncã	6.600,00	KG	3,00	19.800,00
24	4703	Repolho	800,00	KG	2,70	2.160,00
25	7415	Salsinha maço de 400gr	600,00	MÇ	1,60	960,00
26	3495	Tomate	1.000,00	KG	3,38	3.380,00
TOTAL						124.271,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II – Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar



Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº-----				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
A – Grupo Formal				
1. Nome do Proponente			2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município		5.CEP
6. Nome do representante legal			7.CPF	8.DDD/Fone
9.Banco		10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente	
B – Grupo Informal				
1. Nome do Proponente (NÃO PREENCHER)				
3. Endereço (NÃO PREENCHER)		4. Município		5.CEP
6. Nome da Entidade Articuladora			7.CPF (NÃO PREENCHER)	8.DDD/Fone
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº. da Agência	5. Nº. da Conta Corrente
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
1. Nome da Entidade SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO			2. CNPJ 03507415/0008-10	3. Município
4. Endereço				5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF

RUA FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, 471 – FONE/FAX: 42 **3278-8100** – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CEP: 84250-000 - CNPJ: 01.613.770/0001-72 - IMBAÚ - PARANÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE NEGÓCIOS DE.....

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantida de	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantida de	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantida de	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantida de	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantida de	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
Total do projeto					

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto

RUA FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, 471 – FONE/FAX: 42 **3278-8100** – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CEP: 84250-000 - CNPJ: 01.613.770/0001-72 - IMBAÚ - PARANÁ



RUA FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, 471 – FONE/FAX: 42 **3278-8100** – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CEP: 84250-000 - CNPJ: 01.613.770/0001-72 - IMBAÚ - PARANÁ



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AMEXO III - TERMO DE REFÊRENCIA

TERMO DE REFERENCIA

1.DO OBJETO

1.1 Aquisições de HORTIFRUTI da Agricultura Familiar para a merenda escolar das escolas municipais.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Tal aquisição se faz necessária visando melhorar a qualidade da alimentação para que tenhamos um cardápio completo, variado e nutritivo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. 3 3 90 32 05 00 merenda escolar.

4. DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 Descrição e Especificação dos produtos.

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MÁX. UNITÁRIO	PREÇO MÁX. TOTAL
Alho - Aparência fresca e sã, colhidos ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas.	200,00	KG	12,33	R\$ 2.466,00
Alface - Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas	1.600,00	UND	1,96	R\$ 3.136,00
Abobrinha - Tipo verde "abobrinha", sadias, frescas, sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, folhas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	900,00	KG	2,01	R\$ 1.809,00
Acelga - O produto deverá ter uma textura crocante e sabor doce. As folhas verdes que deverão ser de cor viva e não devem apresentar qualquer escurecimento ou amarelamento. As folhas não devem ter pequenos buracos. As hastes devem ser frescas. Em maço com no mínimo 400 g/maço.	400,00	KG	2,50	R\$ 1.000,00



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Banana - Tipo prata com 70% de maturação, sem danificações físicas, casca íntegra. Isentam de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso por unidade padrão.	8.000,00	KG	2,15	R\$ 17.200,00
Beterraba - Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração, aroma e sabor típico da espécie.	500,00	KG	2,90	R\$ 1.450,00
Batata - Tipo inglesa "batatinha", frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	1.500,00	KG	4,70	R\$ 7.050,00
Brócolis - Fresca e sã de ótima qualidade, cores firme e isento de sujidade.	1.100,00	KG	3,30	R\$ 3.630,00
Cebola - Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas. Peso e tamanho padrão.	700,00	KG	3,00	R\$ 2.100,00
Cenoura - Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração, arom e sabor típico da espécie. em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	800,00	KG	2,60	R\$ 2.080,00
Chuchu - Aparência fresca e sã, ótima qualidade, compacto, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	800,00	KG	3,50	R\$ 2.800,00
Couve Flor - Cabeças compactas fechadas de cor branca ou creme, sem manchas escuras, pois o contrário demonstram estarem queimadas ou com fungos; Se estiver envolvida pelas folhas estas devem estar verdes e sem sinais de estarem murchas.	800,00	UND	3,10	R\$ 2.480,00
Couve Manteiga - Folhas frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, picada fina, em pacotes de 400 gr.	600,00	MAÇO	2,40	R\$ 1.440,00



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Cheiro Verde - Cebolinha - O cheiro verde precisa ser fresco, com uma cor verde profundo e aparência viçosa. Os maços não podem ter folhas que estão murchas ou amarelas. O cheiro verde deve ser seco e que tenha sido cultivada organicamente. Em maço com no mínimo 200gr.	600,00	MAÇO	1,45	R\$ 870,00
Feijão Preto - tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades, misturas de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico, pacote contendo 01 kg.	2.000,00	PACOTE	5,65	R\$ 11.300,00
Mandioca - Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	1.600,00	KG	2,90	R\$ 4.640,00
Maça - Tipo comum com 70% de maturação Sem danificações físicas, casca íntegra. Com cor, sabor e aroma característicos da espécie. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso por unidade de aproximadamente 120g.	5.000,00	KG	5,10	R\$ 25.500,00
Ovos - branco de galinha, produto fresco de ave galinácea, tipo grande (50g), íntegro, tamanho uniforme e cor branca, proveniente de avicultor com inspeção oficial, cor, odor e sabor característico, casca lisa, pouco porosa, sem manchas ou sujidades, sem rachaduras, isento de podridão e fungos.	350,00	DZ	4,80	R\$ 1.680,00
Pepino - Fresco de cor uniforme, firme, íntegro, sem manchas, batidas e esfolões.	600,00	KG	2,30	R\$ 1.380,00
Repolho - Liso, fresco, de primeira, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.	800,00	KG	2,70	R\$ 2.160,00
Tomate - Extra de médio amadurecimento, firme, íntegro, sem manchas, batidas e esfolões. Cor característica uniforme. Preferencialmente devem ser entregues em caixas resistentes em madeira ou plásticas.	1.000,00	KG	3,38	R\$ 3.380,00



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Poncã - 1ª qualidade , das variedades: Mexerica ou Ponkan Classe:78 menor diametro de 78mm e maior diametro de 82 mm deve apresentar as características da variedade bem definidas cor, textura,sabor estar fisiologicamente bem desenvolvidas sadias, isentas de substancias nocivas a saúde deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar sua manipulação.	6.600,00	KG	3,00	R\$ 19.800,00
Cheiro Verde - Salsinha - O cheiro verde precisa ser fresco, com uma cor verde profundo e aparência viçosa. Os maços não podem ter folhas que estão murchas ou amarelas. O cheiro verde deve ser seco e que tenha sido cultivada organicamente. Em maço com no mínimo 200gr.	600,00	MAÇO	1,60	R\$ 960,00
Batata Salsa - Lavada, de 1ª qualidade, estarem suficientemente desenvolvidas, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de tamanho médio.	300,00	KG	6,80	R\$ 2.040,00
Mamão Formosa - De 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	500,00	KG	3,84	R\$ 1.920,00
TOTAL				124.271,00

O prazo de entrega dos bens é de 03 dias, contados do (a) nota de Empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços: **Secretaria de Educação** situada na Rua Athanázio Moreira Sobrinho s/nº, Bairro São Cristóvão.

4.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a três Dias.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

7.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

7.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

RUA FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, 471 – FONE/FAX: 42 3278-1138 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CEP: 84250-000 - CNPJ: 01.613.770/0001-72 - IMBAÚ - PARANÁ



PREFEITURAMUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

10.3. Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, como segue;

10.3.1. Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item de contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

10.3.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" acima e aplicada em dobro na sua reincidência;

10.3.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, ou deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

10.3.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

10.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no TCE/PR.

Imbaú, 20 de março de 2019.

Rita de Cássia Alinski Purger
Secretária de Educação